

Habitar os sertões: arqueologias e materialidades sertanejas na comunidade de Floresta, São João da Serra, Piauí

Inhabiting the sertões: archaeologies and sertaneja materialities in the community of Floresta, São João da Serra, Piauí

Vinícius Melquíades 

Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí, Brasil

Resumo: A arqueologia histórica no Nordeste brasileiro esteve voltada, principalmente e durante muito tempo, para o litoral e para grandes edificações e monumentos, tais como igrejas e fortificações. Mais recentemente, no entanto, importantes pesquisas têm sido desenvolvidas com sítios de baixa visibilidade, com a produção, circulação e (re)utilização de itens materiais, com a mobilidade e a territorialidade, além de outros elementos componentes dos modos de vida e existência de populações sertanejas, do século XIX até o presente. Estabelecendo um diálogo com essas perspectivas, e a partir de um estudo de caso de arqueologia etnográfica, do presente e do passado recente no sertão do Piauí, proponho reflexões sobre as maneiras como a materialidade dos materiais participa na composição do que convencionamos chamar de 'cultura material'.

Palavras-chave: Arqueologias etnográficas. Arqueologia do presente. Populações sertanejas. Estudos de cultura material. Estudos de materialidade.

Abstract: Historical archaeology in the Brazilian Northeast has primarily focused, for a long time, on the coast and on large buildings and monuments, such as churches and fortifications. More recently, however, important research has been conducted on low-visibility sites, on the production, circulation, and (re)use of material items, on mobility and territoriality, in addition to other components of the ways of life and modes of existence of rural populations from the 19th century to the present. Engaging with these perspectives, and based on a case study of ethnographic archaeology, focusing on the present and recent past in the Piauí's 'Sertões' (hinterland), I propose reflections on how the materiality of materials plays a role in the composition of what we conventionally call Material Culture.

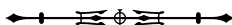
Keywords: Ethnographic archaeologies. Archaeology of the present. *Sertanejo* populations. Material culture studies. Materiality studies.

Melquíades, V. (2025). Habitar os sertões: arqueologias e materialidades sertanejas na comunidade de Floresta, São João da Serra, Piauí. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 20(3), e20240070. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0070
Autor para correspondência: Vinícius Melquíades. Universidade Federal do Piauí. *Campus* Ministro Petrônio Portela. Teresina, PI, Brasil. CEP 64049-550 (melquiadesvinicius@gmail.com).

Recebido em 13/10/2024

Aprovado em 14/05/2025

Responsabilidade editorial: Cristiana Barreto



INTRODUÇÃO OU HABITAR OS SERTÕES

O primeiro contato que tive com a história do Piauí e do Nordeste brasileiro a partir de um olhar crítico se deu quando ainda cursava a graduação em História. Clássicos como “Capítulos de História Colonial (1500-1800)”, publicado em 1907 pelo historiador Capistrano de Abreu – leitura obrigatória no curso –, definiam e reforçavam a ideia de ‘ciclo do gado’ e ‘civilização do couro’, bem como marcavam a percepção da importante presença do gado nos processos históricos e culturais de formação da sociedade brasileira e do sertão nordestino, com destaque para o território que atualmente corresponde ao estado do Piauí (Abreu, 1969).

Além de Capistrano de Abreu, muitos outros autores adotaram essa abordagem, marcada pela forte presença, quando não exclusividade, do gado nos sertões. É o caso do jesuíta André João Antonil, cujo verdadeiro nome é João Antônio Andreoni, na obra “Cultura e opulência do Brasil” (Antonil, 1711), que antecede a de Capistrano.

Viajantes, memorialistas, religiosos e homens públicos que escreveram sobre o Piauí na época colonial, bem como historiadores e sociólogos que se debruçaram sobre esses relatos, apontam para um certo descaso das populações sertanejas para com a agricultura e outras atividades, diante da pecuária e do gado, devido a fatores econômicos e ambientais (S. Lima, 2016; Mott, 2010; Nunes, 1974). Assim teria nascido e se enraizado no Piauí uma “ideologia pecuarista” (Mott, 2010, p. 69), diretamente associada a modos de vida e existência fortemente marcados pela atividade pastoril.

Atualmente, essa forte e duradoura articulação se manifesta através das artes e do artesanato, das danças, das festas, das comidas típicas, da cultura do vaqueiro e da vaquejada, da musicalidade¹, entre outros aspectos que marcam uma identidade sertaneja.

Em 2019, mais de dez anos depois de terminada a minha graduação em História, agora com mestrado e

doutorado em Arqueologia e conhecendo um pouco mais o Nordeste brasileiro, embora não especificamente o estado do Piauí, me mudei para Teresina, única capital nordestina que se encontra no sertão, e não no litoral.

‘Habitar os sertões’, como apresentado no título, é uma referência aos processos e às perspectivas de habitação (*dwelling perspective*), conforme colocado por Ingold (2000), que são compostas pelos ritmos das tarefas ou atividades (*tasks*) desenvolvidas nos lugares, que existem “não apenas como atividade, mas como interatividade” (Ingold, 2000, p. 197), e a partir das quais é possível o desenvolvimento e a incorporação (*embodiment*) de habilidades (*skills*) relacionais e que participam na composição de modos de vida e existência.

Em uma incorporação da etnografia pela arqueologia, destaco, em consonância com Santos (2013), que a pessoa etnógrafa é aquela que “mantém vínculos sensíveis com materialidades e suas histórias, com as tipologias de substâncias, também com os viventes, e participa, como interferente prático, das transformações ocorridas nos mundos da vida” (Santos, 2013, p. 67). Nesse sentido, uma habilidade (*skill*) etnográfica está associada à ‘vivência efetiva’, a um ‘conhecimento vivencial’ com os lugares, com as coisas e com as pessoas, assim como a um conhecimento das “permissividades relacionais articuladas entre os mundos, de um condicionamento da percepção ao fluxo das matérias e das relações entre as suas unidades mais ordinárias” (Santos, 2013, p. 67). O desenvolvimento de etnografias estaria, portanto, investido dos processos e das perspectivas de habitação (*dwelling perspective*), bem como da abertura e da possibilidade de surgimento e incorporação (*embodiment*) de novas habilidades (*skills*) e percepções.

Nas páginas que seguem, abordarei, a partir da ‘materialidade dos materiais’, alguns aspectos do habitar, tanto no que se refere à comunidade² de Floresta, situada

¹ Como na música tradicional e popular gravada por Neves e Bahiano (1916) que diz: “O meu boi morreu/Que será de mim/Manda buscá outro/Ó maninha/Lá no Piauí”.

² Importante destacar que a denominação ‘comunidade’ é utilizada pelos moradores do lugar e que a pesquisa foi feita com grande parte das pessoas que na época moravam na comunidade.

na zona rural do município de São João da Serra, Piauí, com a qual desenvolvi pesquisas arqueológicas, etnográficas e de arqueologia do presente e do passado recente, quanto ao meu próprio processo de habitação nos sertões do Piauí e às habilidades e percepções que tenho incorporado.

ARQUEOLOGIAS SERTANEJAS

De início, ao me mudar temporariamente para Teresina, em 2019, ciente da força dos estereótipos e de eventuais questões acadêmicas e pessoais que poderia encontrar e/ou passar, me dediquei a novas leituras que pudessem me mostrar outros sertões e Nordeste, entre as quais destaco o livro de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “A invenção do Nordeste e outras artes” (D. Albuquerque, 2011), adaptação de sua tese de doutorado, defendida em 1994. O autor o inicia com a cena de uma pessoa assistindo televisão e trocando de canal, para abordar o que os diferentes programas de televisão mostram e dizem sobre o Nordeste brasileiro. Conclui, já nas páginas iniciais, que há, em todos os discursos, vozes e imagens por ele arroladas, uma estratégia de estereotipização (D. Albuquerque, 2011, pp. 29-30). E, prosseguindo, esclarece:

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo (D. Albuquerque, 2011, p. 30).

Sobre a materialidade inerente a esses processos de estereotipização, o autor nos dá indícios, ao afirmar que o “estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, que tem uma dimensão concreta” e “se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto” (D. Albuquerque, 2011, p. 30). Ou seja, há possibilidades de incorporação dos estereótipos, algo que certamente devemos evitar.

No que concerne à arqueologia histórica ou do mundo moderno, destacamos que, no Brasil, de maneira geral, e na região Nordeste, especificamente, ela ainda está muito associada a sítios arqueológicos de alta visibilidade, em geral, representativos de elites e grupos hegemônicos, tais como fortificações, igrejas e outras edificações monumentais, principalmente do litoral (M. Albuquerque, 1992; T. Lima, 1993; Symanski, 2008; Amaral, 2012, 2019; Souza, 2015, 2017; Herberts, 2019).

Em recente levantamento sobre Arqueologia Histórica no Nordeste, Allen e Barbosa (2022, p. 513) apontam que “tanto a produção quanto a diversidade de temas estão em pleno crescimento”; que as pesquisas na área foram impulsionadas por programas governamentais e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o PAC Cidades Históricas e o Monumenta e, ainda, que houve um aumento considerável em pesquisas arqueológicas vinculadas ao licenciamento ambiental e ao surgimento de novos cursos de graduação e pós-graduação, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Allen & Barbosa, 2022, p. 514). Estes mesmos autores refletem, “arriscando o furor de colegas” (Allen & Barbosa, 2022, p. 532), sobre a necessidade de a arqueologia histórica do Nordeste ser mais crítica no tratamento e interpretação dos materiais, dos contextos dos sítios e dos registros históricos, e concluem:

As lacunas temáticas que observamos no decorrer do texto não [são] um apelo por um redirecionamento de estudos na arqueologia histórica nordestina, mas, sim, de um encaminhamento de jovens arqueólogos para assuntos que possam tornar a disciplina regional mais holística. Assim, ao lado de estudos dos remanescentes monumentais, teríamos um entendimento mais aprofundado sobre o cotidiano das pessoas cujas mãos forjaram a história brasileira (Allen & Barbosa, 2022, p. 532).

Ao abordar a visibilidade, a proporcionalidade e a representatividade do registro arqueológico associado a

coletivos humanos marginalizados, Souza (2017, p. 39) aponta que a densidade dos – e os próprios – vestígios materiais das unidades domésticas relacionadas aos ‘camponeses do sertão’ dos séculos XIX e XX nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará é muito sutil, em comparação a contextos de engenhos ou fortificações militares presentes no litoral. Assim, enquanto os últimos despertaram o interesse da arqueologia brasileira desde seu início, nas décadas de 1960-1970 (T. Lima, 1993; Symanski, 2008), os primeiros passaram a ser efetivamente estudados pela arqueologia somente a partir do século XXI. No entanto, é importante destacar o pioneirismo de Zanettini (1996, 2003) nesses estudos – ainda na década de 1990 –, ao desenvolver pesquisas arqueológicas no Parque Estadual de Canudos (município de Canudos, Bahia).

Com relação à identificação e ao estudo de sítios associados a populações sertanejas na região agreste central do estado de Pernambuco, Daniella Magri Amaral parte da leitura e análise de 35 projetos e relatórios de pesquisas arqueológicas desenvolvidos no âmbito da arqueologia de contrato e disponíveis na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Pernambuco, relativos aos anos de 2010 a 2015 (Amaral, 2019, pp. 51-53). Além de constatar que os vestígios materiais dessas ocupações são de baixa visibilidade, a autora complementa informando que as casas são construídas com barro, madeira e palha, por isso, depois de abandonadas, se degradam e não deixam vestígios muito visíveis, sendo estes “pequenas elevações no terreno” e poucos fragmentos de utensílios domésticos, tais como louça de barro, faianças finas, vidros de garrafas, metais e, em se tratando de ocupações mais recentes, plásticos e borrachas, “muitos deles reciclados e reaproveitados” (Amaral, 2019, p. 52).

Amaral (2019) aponta que a desvalorização das populações sertanejas está arraigada em perspectivas colonialistas que chegaram com o início da colonização do território da atual região Nordeste do Brasil e permanecem

até os dias atuais. Este colonialismo se manifesta através de inúmeros preconceitos, “incluindo a pesquisa acadêmica em Arqueologia que, com raras exceções, não se debruça sobre o estudo das populações sertanejas”, e desconsidera e/ou “destrói o valor daquela cultura material e das formas de vida tradicionais do agreste e do sertão” (Amaral, 2019, p. 49). Nesse sentido, não reconhecer a existência de estruturas de pensamento coloniais arraigadas no discurso da ciência serve para perpetuar e legitimar as relações de poder desiguais, unívocas e, muitas vezes, violentas (Amaral, 2019, p. 44). A invisibilidade dos sítios arqueológicos históricos das populações sertanejas e, por extensão, das pessoas e coletivos humanos que os ocuparam, mantém a exclusão e marginalização que, por sua vez, chega às pesquisas acadêmicas e às políticas públicas (Amaral, 2019, p. 53).

Assim, de forma semelhante às populações negras e indígenas e a outros grupos deixados à margem do processo de escrita da história, as populações sertanejas também são afetadas pela falta de pesquisas e discussões (A. F. Silva et al., 2020, p. 242). Em minha leitura, há, portanto, um abandono ontológico de seres e coletivos (Melquíades, 2013/2014), pois, se considerarmos que há um emaranhado entre pessoas e coisas, o abandono desses sítios arqueológicos é também o abandono das pessoas e populações a eles relacionadas.

A essa altura, é necessário esclarecer que ‘sertões’ são muitos, que existem diferentes concepções de ‘sertão’ e que “‘o sertão’ é uma designação com existência própria, daí ser possivelmente entendido também como um substantivo concreto” (A. F. Silva et al., 2020, p. 246). No dicionário de Rafael Bluteau (Bluteau, 1712-1728, p. 5990), sertão aparece como “região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras. O Sertão da calma. O lugar em que faz maior calma”. Já no dicionário de Antônio de Moraes Silva (A. de M. Silva, 1789, p. 396), sertão aparece como “o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo”. Por fim, o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (Pinto, 1832, s.p.) é o único a citar

a possibilidade de plural, sertões, que aparece como “o interior das terras. Mato distante da costa marítima”.

Com base nas definições dos dicionários, percebemos os sertões enquanto categoria política oposta ao litoral e à costa. Nos extremos entre os muitos sertões, e com base nas pesquisas arqueológicas aqui citadas, podemos perceber abordagens em torno de pelo menos dois sertões (Symanski, 2008; A. F. Silva et al., 2020). Um sertão das grandes fazendas e propriedades, e de seus agregados no entorno; e um outro das pequenas e médias propriedades arrendadas ou de trabalhadores livres, “sendo que nesses dois sertões haveria como elemento norteador das materialidades o fato de que os grupos domésticos não seriam formados exclusivamente por famílias de parentesco consanguíneo[,] e sim por pessoas que compartilham espaços e decisões” (A. F. Silva et al., 2020, p. 252).

Especificamente sobre arqueologia de fazendas, a segunda limitação refere-se às ainda incipientes pesquisas arqueológicas direcionadas a fazendas de gado no Piauí (Ribeiro et al., 2014, p. 249) que, no entanto, têm aumentado paulatinamente nos últimos anos. Em um desses estudos, a autora aponta que, devido à formação essencialmente rural da sociedade piauiense, “tendenciosamente interpretou-se que seus habitantes não tiveram acesso à modernidade e ao progresso, de modo que ela normalmente é descrita como atrasada, isolada e pobre” (Oliveira, 2018, p. 180). No entanto, sua pesquisa mostra “que o acesso à ideologia e a adoção das práticas modernas não necessariamente têm relação com o desconhecimento, o isolamento ou a falta de recursos materiais, mas sim com as escolhas, com a adequação desse processo à realidade local” (Oliveira, 2018, p. 180).

Na arqueologia, etnografias arqueológicas e arqueologias do mundo moderno, do passado contemporâneo, recente e do presente, já têm trabalhado com materialidades e territorialidades de populações sertanejas, mesmo que de maneira incipiente, desconstruindo

a ideia naturalizada dos sertões como lugares inóspitos, estagnados, de seca, de pobreza, de isolamento e de miséria, apontando a necessidade das pesquisas não se prenderem a estes estigmas e à equação seca + miséria + subdesenvolvimento (Souza, 2017; Amaral, 2019).

Isto posto, proponho reflexões a partir de uma pesquisa desenvolvida na comunidade de Floresta (São João da Serra, Piauí) que objetiva, a partir da materialidade, abordar aspectos dos modos de vida e existência dessas populações, que vão além da pecuária, da lida com o gado, ao se incluir a pesca, as hortas e os quintais/terreiros, as cercas, os lugares de moradia, as ‘casas de pesca e casas de roça’, entre outros, com o objetivo de dar visibilidade a pessoas e coletivos humanos ainda pouco considerados nas abordagens arqueológicas.

COMUNIDADE DE FLORESTA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA SERRA, PIAUÍ

A primeira vez que estive nos sertões do Piauí foi em 2019, quando assumi o cargo de professor substituto no curso de Arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na cidade de Teresina. No mesmo ano, um discente do primeiro período do curso me trouxe alguns poucos fragmentos de vidro, cerâmica e louça que ele havia encontrado em superfície junto a um muro de pedras, no lugar onde ele mora com sua família (comunidade de Floresta, no município de São João da Serra, Piauí).

Um dos fragmentos foi identificado como sendo um fundo de prato em faiança fina, decorado com a técnica de impressão por transferência (*transfer printed*). A peça em questão contém, na parte interna, o brasão do Império brasileiro e, na face externa, a marca de produção conhecida por ‘marca do diamante’ (*Diamond Mark*), que foi criada pelos ingleses em 1841 – junto com outras convenções impostas pelo *British Patent Office* – com o objetivo de facilitar a identificação dos fabricantes e evitar cópias entre os concorrentes (Brancante, 1981). “Assim, de 1842 a 1883, a maioria dos azulejos e da louça é marcada com um losango encimado por um semicírculo, conhecido

na Inglaterra por '*Diamond Mark*'"³ (Bracante, 1981, p. 492). O fragmento foi identificado como pertencendo a uma possível peça oficial, por conter o brasão imperial impresso, achado incomum em sítios arqueológicos históricos do sertão do Piauí (Figuras 1 a 3).

Após a análise dos materiais e um estudo bibliográfico sobre o lugar, fomos para a comunidade de Floresta efetuar um levantamento intensivo⁴, não interventivo, com foco inicial nos muros de pedra que provavelmente compunham um curral de uma das grandes fazendas de gado da região. Os estigmas citados no tópico anterior, e que afetam pessoas, coisas e coletivos, apareciam já na bibliografia estudada antes da ida a campo. Na "Descrição da Capitania de São José do Piauí", de Antônio José de Moraes Durão (1772 citado por Mott, 2010, p. 74), por

exemplo, encontramos uma referência ao território onde hoje está localizado o município de São João da Serra: "Esta de Marvão [hoje Castelo do Piauí, município do qual se desmembrou São João da Serra] é a pior de toda a capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma". Assim, se o sertão nordestino e o Piauí são fortemente impactados pelos estigmas citados antes, aparentemente o município de São João da Serra se encontra em camadas ainda mais profundas dessa estratigrafia do preconceito.

Após essa primeira visita de apenas três dias, ficou claro para mim o enorme potencial para estudos etnográficos arqueológicos e de arqueologia do presente, dada a imensa riqueza e variedade de manifestações, materiais e suas materialidades, na composição dos modos



Figura 1. Fragmento de faiança fina com a esfera armilar e parte do brasão Imperial. Fonte: acervo da pesquisa (2019).



Figura 2. Face externa do mesmo fragmento apresentado anteriormente, com 'a' e com a 'marca do diamante'. Fonte: acervo da pesquisa (2019).

³ Para a identificação da data de fabricação, o primeiro passo é definir o período de fabricação através da presença de número ou letra na extremidade direita do losango. Caso seja um número, a peça será do período entre 1842 e 1868. Sendo uma letra, ela pertencerá ao intervalo de tempo de 1869 a 1883. Na peça em questão, a letra C indica que ela pertence ao ano de 1870. Na parte superior, no interior do losango, consta um número indicativo do dia da produção que, no material em questão, é o dia 7. Não foi possível a identificação do mês, que se encontra no inferior do losango, devido à fragmentação, e a indicação do lote é o 10. Para consulta detalhada da técnica de datação, ver The Potteries (s.d.).

⁴ A primeira etapa de campo foi feita em três dias, em junho de 2019, e a segunda em dez dias, em janeiro de 2020, pouco antes da pandemia de COVID-19. No total, foram registradas 30 unidades de habitação, entre casas de moradia, casas de pesca, casas de roças, entre outras, em diferentes estados de degradação, desde atualmente em uso a abandonadas, arruinadas etc., situadas temporalmente entre o final do século XIX e 2019, ano no qual a pesquisa foi feita.

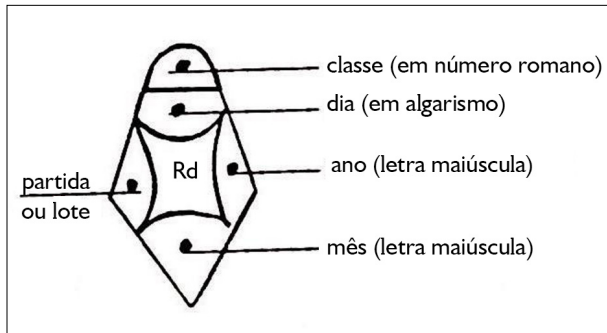


Figura 3. Esquema para leitura da ‘marca do diamante’ conforme apresentado por Bracante (1981).

de vida e existência do lugar, que não condiziam com os estereótipos criados e naturalizados no imaginário coletivo.

A comunidade de Floresta fica às margens do rio Poti e a pesca é uma atividade cotidiana de algumas pessoas do lugar. Os peixes são consumidos, vendidos ou trocados de porta em porta, por encomenda, ou nas feiras e mercado na cidade. Ao dissertar sobre a alimentação em datas especiais e comemorativas, Oliveira (2018) cita o consumo de peixe em festejos de casamentos, onde “não se usava apresentar carne de caça ou peixe de rio, ambas comumente consumidas no dia-a-dia, no sertão” (Falci, 2007, p. 259 citado por Oliveira, 2018, p. 49). A semana santa também era uma data “cercada de tradições próprias e de alimentos específicos”

que “seguiram a recomendação da Igreja Católica de não consumir carne vermelha” (Oliveira, 2018, p. 51). Assim, eram consumidos “pratos à base de legumes, ovos e mais raramente peixes”, estes últimos “servidos com molho acompanhados de pirão que também podiam ser servidos assados” (Oliveira, 2018, p. 51).

A coexistência e articulação entre a pecuária e a pesca pode ser percebida nas 'materialidades dos materiais' (Knappett, 2007; Tilley, 2007) presentes no lugar. Uma das canoas registradas por nossa equipe apresenta uma marca feita com ferro quente, mesma técnica utilizada para marcar gado (Figuras 4 e 5), mostrando que a permuta de propriedades e características entre esses elementos e seres – fogo, ferro, madeira etc. – coletivamente acionam diferentes subjetivações. Para alguns, ela pode ser compreendida como demarcador de propriedade, indicando que aquela canoa tem dono. Para outros, pode ser indicativo também da existência de uma relação mais próxima do que se imagina entre a cultura da pecuária – do gado, do couro, do vaqueiro e da vaquejada – e a cultura e arte da pesca e de modos de vida relacionados aos rios. A princípio, ambas as percepções foram por mim incorporadas, a partir de minha vivência no lugar, ampliando as minhas habilidades enquanto arqueólogo e pessoa.



Figura 4. Canoa com marca de ferro quente. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 5. Detalhe da marca de ferro quente presente na canoa da Figura 4. Foto: Vinícius Melquiades (2020).

Outro material que nos remete a essa relação próxima e não excludente entre a pesca e a pecuária envolve as arraias no rio Poti. Os moradores da comunidade de Floresta relatam que há muita arraia no rio Poti naquele trecho, e que são inúmeros os casos de acidentes, inclusive registro de pessoas que chegaram a falecer devido ao veneno presente nos esporões. Assim – e segundo eles –, alguns pescadores antigamente confeccionavam botas grossas com couro, para poderem pescar com os pés na água e se protegerem de eventuais esporadas.

Azevedo (2007) relata que as arraias vivem enterradas no limo, próximas à margem do rio e que aquele que pisar em cima delas sofrerá uma forte perfuração, cujo ferimento provoca uma dor insuportável. A recuperação é lenta, muitas vezes infeccionando a ferida. Ainda segundo o autor, existem relatos na região do médio Poti de que, no passado, os pescadores confeccionavam botas de carnaúba (*Copernicia prunifera*) – trançando a palha de maneira que, quando molhada, se tornava mais resistente – para se protegerem das esporadas.

Em ambos os casos – de nossa pesquisa e do autor citado –, não foi possível registrar os calçados para proteção das esporadas, pois eles não são mais confeccionados. Ainda assim, é possível perceber não apenas a agência dos artefatos, mas, em minha leitura, a atuação de translações ou redes (Latour, 2002, 2012a, 2012b) – para alguns, redes sociotécnicas (Matthewman, 2011) – itinerantes e abertas, que redistribuem competências e performances entre seres humanos, coisas e outros seres além dos humanos. Portanto, é possível perceber que os conhecimentos, as técnicas e as tecnologias são relacionais e compartilhadas – neste caso, entre a água, o rio Poti, a carnaúba, o couro, a arraia etc. – e que pessoas e coisas vão adiante juntas (Knappett, 2007).

Refletindo sobre a minha participação e presença – enquanto pessoa e arqueólogo – nesse contexto, uma

habilidade etnográfica incorporada, e que se torna, para mim, cada vez mais evidente, é a percepção de que detalhes nos materiais e suas relações com outros materiais e elementos são tão importantes quanto a percepção e o registro da presença e participação humana. Faz-se importante também destacar que não se trata de desconsiderar ou reduzir as capacidades e responsabilidades humanas, mas, ao contrário disso, compreender esses outros seres em um mesmo patamar que nós humanos. Também não se trata de homogeneizar todos os seres, mas de compreender que eles estão a princípio, e ontologicamente, misturados (Webmoor & Witmore, 2016, p. 166).

Alinho-me, portanto, com vertentes da arqueologia que, inspiradas pela virada material, percebem o mundo como um emaranhado de quatrilhões de outras entidades, além dos humanos, e reconhecem estes outros seres como mediadores que desempenham papéis ativos na construção do conhecimento (Olsen & Witmore, 2021, p. 69). E concordo que as coisas – assim como animais, plantas e outros seres – também são parte integral e ativa em redes complexas de interações que compõem a vida humana (Knappett, 2014).

As edificações que compõem as unidades de habitação⁵, em sua grande maioria com arquitetura vernacular (alvenaria de pedra, taipa de pedra, adobe e poucas de tijolo), também são componentes essenciais dos processos e perspectivas de habitação e indicativos de mobilidades compartilhadas (Melquíades, 2018). ‘Casas de morada’ na beira do rio se transformam em ‘casas de pesca ou casas de roça’ após serem abandonadas por diferentes motivos, incluindo enchentes, comuns na comunidade e que fizeram com que muitos moradores, com o passar dos anos, se mudassem para áreas mais elevadas. Em outros casos, ‘casas de roça’ se transformam em ‘casas de morada’, em um processo de habitação marcado por diferentes atividades e ritmos, conforme pudemos acompanhar na segunda etapa de campo.

⁵ Utilizarei o termo unidade de habitação para definir a unidade básica de análise.

Um dos moradores do lugar tem casa na sede do município de São João da Serra e um pequeno terreno na comunidade de Floresta, onde mantém roças, para sustento de sua família, composta por dez pessoas, as quais vivem em sua 'casa na rua' (termo por ele utilizado para se referir à casa na cidade). Sua 'casa de roça' é composta por uma casa com 'paus' (esqueleto), cobertura de telha industrial e sem o preenchimento das paredes, portanto, sem muros entre a casa/edificação e o quintal/terreiro, este último delimitado por cercas de madeira (Figuras 6 a 8). Nessa 'casa de roça', ele dorme durante a semana (de segunda a sexta-feira), retornando aos finais de semana à cidade de São João da Serra para ficar junto com a família, para quem é direcionada toda a colheita.

Em sua 'casa de roça', blocos de pedra colocados no chão formam uma pequena estrutura de combustão (fogão ou trempe), na qual ele prepara e esquentar seus alimentos. Uma rede de dormir, uma rede de pesca com pesos feitos de carnaúba, alguns potes de barro e garrafas PET servem para o acondicionamento de água; um baú de madeira feito por ele, panelas, talheres, copos e outros utensílios de alumínio e plástico compõem o lugar. Além das plantas, um porco faz companhia e se encontra a poucos metros da rede de dormir. Tudo isso (porco, rede de dormir, rede de pesca, trempe, potes de barro etc.) encontra-se embaixo da cobertura, local já escolhido e

estruturado para morar, onde a estrutura física da 'casa de roça' será transformada em 'casa de morada', em um processo já iniciado com a colocação dos 'paus' e telhas e, quando finalizada, comportará toda a família. Fora da cerca, encontramos uma cacimba e blocos de pedra extraídos e entalhados no próprio local para a edificação das paredes, além de uma pedra de amolar.

Os processos de habitação, neste caso, passam por transformações e apresentam especificidades perceptíveis através das 'materialidades dos materiais' e dos ritmos das atividades desenvolvidas no lugar. Por exemplo, não há divisão clara entre a casa e o quintal/terreiro, na medida em que ainda não foram erguidas as paredes de taipa de pedra. O seu terreiro/quintal se encontra cercado por quatro tipos diferentes de cercas, ou seja, as quatro cercas que delimitam sua unidade de habitação – no caso, composta por casa e quintal/terreiro – são diferentes entre si. A presença dos animais e plantações junto à habitação, dentro da área cercada, também é uma característica que nos remete, nesse caso, às transformações graduais no local de 'casa de roça' para 'casa de morada'. Durante o processo, é muito provável que estes seres (plantas e animais) passem a ocupar outros lugares, quando a 'casa de moradia' estiver construída, havendo rearranjo e redistribuição também espacial dos seres envolvidos (Figuras 6 a 12).



Figura 6. 'Casa de roça' vista por fora, com suas cercas. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 7. Diferentes tipos de cercamento na 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 8. Interior da 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 9. Potes de água na 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 10. Redes de pesca com peso de carnaúba na 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 11. Tijolos de pedra no entrono da 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 12. Cacimba no entorno da 'casa de roça'. Foto: Vinícius Melquíades (2020).

Em estudo etnográfico ecológico sobre as cercas sertanejas em Pernambuco, Barros (1959) nos dá indícios dessas relações: “o estado da cultura típica do Sertão, onde traços de uma ancestral proximidade com animais e vegetais se afirmavam e se reuniam num equilíbrio permanente. Mas não só a proximidade, a própria vivência”.

Pessoas “vivendo em comum com cabras, porcos, galinhas, que se misturavam com os meninos e onde os animais eram criados, às vezes, dentro da própria casa” (Barros, 1959, pp. 8-9).

Na comunidade de Floresta, todas as unidades de habitação visitadas durante a pesquisa de campo tinham cercas de madeira em pelo menos uma das laterais e a grande maioria dos homens com os quais conversamos disse ter feito suas próprias cercas. Segundo eles, este é um hábito antigo e corriqueiro para os moradores. As cercas de madeira, diferente dos muros de pedra, são compostas por materiais perecíveis e que se desgastam e degradam mais rapidamente durante sua vida como cerca e, dependendo do material utilizado, há necessidade de troca ou manutenção. A manutenção das cercas e a escolha da madeira envolvem, assim, conhecimentos e atividades práticas e tradicionais, vinculadas à manutenção e à afirmação, seja de um aspecto específico e cotidiano do modo de vida da população em questão, seja dos espaços que, também com a participação das cercas, são qualificados e se transformam em lugares.

A madeira da árvore de pequeno porte conhecida como sabiá (*Mimosa caesalpinifolia*) é a escolhida com mais frequência, por ser considerada mais resistente e de grande durabilidade, mesmo quando enterrada, exposta à umidade ou submersa em água (Chaves et al., 2014). No entanto, outras madeiras também são utilizadas, tal como a lenha branca (*Maytenus obtusifoliae*).

Um dos moradores nos mostrou sua cerca feita, em parte, de lenha branca e, outra parte, a maior, de sabiá, e comentou que ele trocava as primeiras pelas últimas aos poucos, fazendo a substituição do preenchimento da cerca na medida em que fosse encontrando e coletando sabiá, visto que havia um período certo para que ela se transformasse em uma ‘boa cerca’. Nesta mesma ‘cerca cheia’, que delimita o quintal/terreiro de sua atual ‘casa de moradia’, havia dois troncos de carnaúba, aparentemente sem tratamento prévio, apenas coletado e colocado no

preenchimento da cerca, para ajudar em um dos pontos menos cheios.

Em uma ampliação de perspectivas já aplicadas na arqueologia do passado contemporâneo (Souza, 2017), partimos da definição de que as principais características dos ‘lugares de morada sertanejos’ são a existência da casa e do terreiro/quintal que delimitam física e simbolicamente a unidade de habitação. As cercas que delimitam o quintal/terreiro, e, portanto, também os lugares de morada, indicam os seres e materiais “que se querem próximos ou não” (Souza, 2017, p. 101), onde alguns são “permitidos de estarem junto das casas e no interior dos terreiros” (Souza, 2017, p. 101), entes com os quais se têm relações mais próximas, incluindo as de familiaridade.

Barros (1959) destaca essa familiaridade e os aspectos íntimos que a casa tem para as populações sertanejas, os quais podem ser percebidos através da materialidade das cercas:

São, ainda, as cercas que se projetam, além da casa, para reter os animais tão ligados à sua vida: cabras, bois, porcos, carneiros, aves. Animais que se tornaram íntimos, que são ‘compadres’ e ‘comadres’ dos donos, uns por serem de estimação, outros por serem realmente ‘mães-de-leite’ da filharada, em cujos peitos os meninos mamaram diretamente, criando, com esses laços, *status* humano, umas quase pessoas. Cabras que nunca se vendem, por esse motivo, que morrem de velhas, só então entregando o couro às varas. Velhos cavalos de campear, o papagaio falador (Barros, 1959, p. 9).

As unidades de habitação que não apresentam cercamento teriam os seus quintais e terreiros delimitados pela vegetação (Souza, 2017) e, no caso da comunidade de Floresta, pelo rio Poti, que também participa dos processos e das perspectivas de habitação, integra o lugar de morada e pode ser considerado um ente ou ser ‘que se quer próximo’, nos casos em que a unidade de habitação está próxima ao rio e que não há cerca delimitando o espaço do quintal em alguma(s) lateral(is), especialmente as voltadas para o rio (Figuras 13 e 14). No mesmo sentido, é possível perceber também as poucas e pequenas roças e plantações feitas às margens do rio Poti na comunidade.



Figura 13. Vista de uma habitação na beira do rio Poti que não apresenta cercamento para o rio. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 14. Vista a partir da entrada de outra habitação na beira do rio Poti, sem cercamento. Foto: Vinícius Melquíades (2020).

As cercas, seja nas unidades de habitações, nos caminhos ou em outros lugares, podem ser percebidas como fronteiras entre o conhecido e o desconhecido. Entre o que é familiar e seguro e o que é desconhecido e perigoso, como a mata, por exemplo. Nesse sentido, o ‘cerqueiro’ e a cerca são os seres que fazem o trânsito entre esses mundos e que conferem proteção não apenas contra animais considerados perigosos – tais como cobras e a onça –, bastante presentes no discurso e imaginário coletivo, como a seres ‘encantados’, tais como o ‘curupira’, que pode desorientar pessoas, principalmente caçadores, ao se aventurarem mata adentro, ou fora dos caminhos e estradas visivelmente delimitadas.

Pesquisas arqueológicas etnográficas, de arqueologia do presente e do passado recente, feitas com populações sertanejas ceramistas no agreste de Pernambuco (Amaral, 2012, 2019) e no semiárido cearense (Queiroz, 2015), abordam as transformações ocorridas na produção, circulação e (re)uso desses materiais, e apontam o decréscimo ou mesmo a ausência total de itens de ‘loija de barro’ no cotidiano doméstico dessas populações, sendo mantidos, no entanto, os potes de água. As permanências podem estar relacionadas, segundo essas pesquisas, com formas de resistência, tanto ao meio semiárido, quanto ao colonialismo e à marginalização dessas populações, o que se manifesta através de uma memória afetiva coletiva,

relacionando o uso de potes ao gosto do barro, à segurança hídrica e ao bem-estar.

Na comunidade de Floresta, mesmo as casas com eletricidade e geladeiras apresentavam potes de água, muitas vezes em ‘bilheiras de pote’ ou em bancadas de barro, nas cozinhas ou nas salas das casas, ou mesmo no chão, em quintais/terreiros, sempre protegidos do sol escaldante – pelo menos para mim – do sertão piauiense (Figuras 15 a 22). Em outros casos, encontramos potes de água em lugares de ocupação eventual, sazonal ou até mesmo abandonados. Em uma das casas em ruínas na beira do rio Poti, por exemplo, encontramos dois potes de água no quintal. Em conversa com as pessoas do lugar, tivemos informações de que aquela casa havia sido abandonada devido às cheias do rio e que era comum, na região, as pessoas deixarem potes de água – cheios ou não – para eventuais viajantes ou outras pessoas que estivessem de passagem ou que precisassem permanecer por um tempo no lugar, para que pudessem utilizá-los, demonstração clara de cuidado, reciprocidade e bem-estar, aspectos que marcam essas comunidades.

Mais marcante em nossa vivência e aprendizado em campo e com a comunidade foi o caso da fazenda Santa Terezinha, situada na margem oposta do rio Poti, portanto vizinha à comunidade de Floresta, na qual encontramos um pote de água emborcado em um dos cômodos.



Figura 15. Pote cerâmico para armazenamento de água em cima de uma 'bilheira' na sala de uma das casas visitadas. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 16. Pote cerâmico para armazenamento de água na bancada de barro, ao lado do fogão à lenha, na cozinha de uma das casas visitadas. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 17. Pote cerâmico para armazenamento de água na sombra, na área externa de uma das casas visitadas. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 18. Mesmo pote cerâmico da Figura 17. Foto: Vinícius Melquíades (2020).

Segundo informações das pessoas do lugar, trata-se de uma fazenda que um dia foi bastante próspera na região e hoje está abandonada. O pote cerâmico cumpriria os mesmos objetivos mencionados anteriormente e estaria emborcado por estar vazio (sem água) e para que não entrassem bichos ou sujeira, facilitando sua limpeza e utilização por quem necessitasse. No caso específico desta fazenda, a informação colhida foi de que estavam em andamento reparos e ligações elétricas (colocação de postes e fiação) nas proximidades, e que, no momento de nossa visita, ela servia como ponto de descanso para os trabalhadores da empresa responsável por estes serviços.



Figura 19. Habitação em situação de abandono. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 20. Potes cerâmicos encontrados na habitação apresentada na Figura 19. Foto: Vinícius Melquíades (2020).

APONTAMENTOS FINAIS OU MATERIALIDADES SERTANEJAS

Dentre as habilidades que incorporei com as pesquisas de arqueologias etnográficas e do presente na comunidade de Floresta, uma foi a percepção de que há perspectivas e processos de habitação bastante complexos e dinâmicos dos quais participam, além de nós, humanos, os materiais (cerâmica, pedra, barro, madeira, couro), os animais (gado, porcos, galinhas, peixes, entre os quais arraías etc.), as plantas (carnaúba, sabiá, feijão, milho etc.), a água, o rio Poti e os 'encantados', entre outros. Nesse sentido, e considerando a baixa visibilidade de sítios arqueológicos e, por extensão, das pessoas a eles associadas, uma questão que se tornou evidente para mim foi: potes cerâmicos podem qualificar espaços e transformá-los em lugares?

Enquanto arqueólogo, também reforçou a minha perspectiva, já incorporada em minhas pesquisas de mestrado e doutorado, o fato de que as 'materialidades dos materiais' participam na composição e na instituição do que convencionamos chamar de 'cultura material', demasiado estática e excludente, como a enxergamos hoje, para dar conta das maneiras como esses materiais participam no dia



Figura 21. Fazenda abandonada na região. Foto: Vinícius Melquíades (2020).



Figura 22. Pote cerâmico no interior da fazenda abandonada, apresentada na Figura 21. Foto: Vinícius Melquíades (2020).

a dia de pessoas e coletivos e, portanto, na composição dos seus modos de vida e existência.

Conforme apontado por Knappett (2014, pp. 4701-4702), 'cultura material' inclui o componente cultural que tem preocupado cientistas sociais e humanistas, pois, além dos processos já colocados anteriormente, também "corre o risco de retratar um mundo polarizado de materiais de um lado e cultura do outro", como se o primeiro fosse a materialização do segundo. Materialização e materializado, por sua vez, são termos que reforçam a ideia de que social é pré-existente ao material. Embora não seja perfeito, 'materialidade' pode ser um termo mais adequado, na medida em que "tem a vantagem distintiva de transmitir o processo, a dinâmica contínua das relações" humanas

com os materiais e “ajuda a minimizar a dualidade entre mente e matéria, que é um dos objetivos fundamentais na pesquisa sobre materialidade” (Knappett, 2014, p. 4702).

Isto posto, na análise em curso, proponho considerar que a percepção das maneiras como a ‘materialidade dos materiais’ participa na composição da cultura – visto que, em minha perspectiva incorporada, não há necessidade do termo ‘material’ adjetivando a ‘cultura’ – pode ser mais produtiva do que tratarmos apenas de ‘cultura material’.

Considerar uma ‘cultura sertaneja’ implica, portanto, processos de triagem, classificação, seleção e instituição, envolvendo escolhas e representatividade, enquanto pensar em materialidades sertanejas se refere a materiais e seres que, a princípio, poderiam estar fora desses processos e percepções, como realidades exteriorizadas. Desse modo, pode-se refletir sobre a ‘materialidade dos materiais’ na composição de modos de vida e existência.

Em dois extremos, temos o caso dos muros de pedra e o das cercas de madeira, que são comuns e antigos nos sertões do Piauí. Iconografias e mapas do final do século XVIII e início do XIX apresentam cercas em roças e pequenos sítios nos arredores das cidades (O. Silva, 2007, pp. 215-220 – Figura 23). Estas, no entanto, são invisibilizadas ou desconsideradas em estudos arqueológicos e de cultura material, salvo raras exceções. Já os currais de pedra, tanto das grandes fazendas ainda de pé, quanto os arruinados e quase invisíveis, têm maior potência e capacidades mnemônicas que acionam as histórias e as memórias das grandes fazendas, do gado, dos vaqueiros e das vaquejadas, importantes componentes dos modos de vida sertanejos. Trazer à luz e levar em conta esses outros materiais e relações não se trata de reduzir ou diminuir a riqueza e a importância da cultura do couro, do gado e da vaquejada na composição dos modos de vida e existência de populações sertanejas, mas, ao contrário disso, de compreender que existem outros elementos e manifestações que coexistem no dia a dia desses coletivos e que, talvez por força e potência – também política – dos estereótipos, não sejam plenamente considerados.



Figura 23. “Oeyras do Piauí. Detail of a fenced field on the outskirts of the city. Ms. [D.118 R] Bn. Lisboa” [Oeiras do Piauí. Detalhe de um campo cercado nos arredores da cidade. Ms. [D.118 R] Biblioteca Nacional de Lisboa]. Fonte: O. Silva (2007, p. 215).

Compreendo esta pesquisa enquanto reflexões sobre os meus aprendizados e a necessidade de novos estudos, para que possamos nos aprofundar nos debates e, de fato, levar a sério as concepções de materialidade na arqueologia. Trata-se de um texto propositivo e aberto, que objetiva contribuir com novas – talvez nem tão novas assim – abordagens sobre materialidades sertanejas no Piauí, que buscam perspectivas mais holísticas e a inclusão de pessoas que, junto a coisas e outros seres, são, em minha leitura, protagonistas da história dos sertões do Piauí, do Nordeste e do Brasil. Sendo assim, encorajo futuras pesquisas que explorem e extrapolem as questões aqui colocadas, o que pode proporcionar uma compreensão mais ampla e consistente em torno das concepções de materialidade na arqueologia e nos estudos de cultura material, neste caso, talvez mais bem definidos como estudos de materialidade.

REFERÊNCIAS

- Abreu, J. C. (1969). *Capítulos de História Colonial (1500-1800)* (5. ed.). Livraria Brigueet.
- Albuquerque, D. M. (2011). *A invenção do Nordeste e outras artes*. Editora Cortez.

- Albuquerque, M. (1992). Arqueologia histórica, arquitetura e restauração. *CLIO - Série Arqueológica*, 1(8), 131-151. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/247177>
- Allen, S. J., & Barbosa, R. (2022). Arqueologia histórica no Nordeste: um panorama. In L. C. P. Symanski, & M. A. T. Souza (Orgs.), *Arqueologia Histórica Brasileira* (1. ed., pp. 513-542). Carline e Caniato.
- Amaral, D. M. (2012). *Loiça de barro do agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/D.71.2012.tde-15012013-171253>
- Amaral, D. M. (2019). *Loiceiras, potes e sertões: um estudo etnoarqueológico de comunidades ceramistas no agreste central pernambucano* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2019.tde-13082019-104534>
- Antonil, A. J. (1711). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Oficina Real Deslandesiana.
- Azevedo, B. R. L. (2007). A importância socioambiental da bacia hidrográfica do rio Poty na formação da identidade cultural piauiense. *Carta CEPRO*, 24(1), 1-7. http://www.cepro.pi.gov.br/download/200806/CEPRO04_e7f5947dc.pdf
- Barros, S. (1959). *Cercas sertanejas: traços ecológicos do sertão pernambucano*. Ministério da Educação e Cultura; Departamento de Imprensa Nacional.
- Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* Autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos; e oferecido a El Rey de Portugal D. João V (8 vols. + 2 suplementos). Collegio das Artes da Companhia de Jesus; Oficina de Pascoal da Sylva. <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico>
- Brancante, E. F. (1981). *O Brasil e a cerâmica antiga*. Editora Cia Lithografica Ypiranga.
- Chaves, E. M. F., Chaves, E. B. F., Sérvio, E. M., & Barros, R. F. M. (2014). Conhecimento tradicional: a cultura das cercas de madeira no Piauí, Nordeste do Brasil. *Etnobiologia*, 12(1), 30-42. <https://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/177>
- Durão, A. J. de M. (1772, 15 de junho). Descrição da Capitania de São José do Piauí (Arquivo Histórico Ultramarino, Piauí, Caixa 3, fl. 3). In L. R. B. Mott (Ed.), *Revista de História*, (112), 543-566. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i112p543-566>
- Falci, M. K. (2007). Mulheres no sertão nordestino. In M. Del Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 241-278). Contexto.
- Herberts, A. L. (2019, novembro). Arqueologia das populações sertanejas no Nordeste brasileiro. In *Anais do XX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of Environment: Essays in livelihood, dwelling and skill*. Routledge.
- Knappett, C. (2007). Materials with materiality? *Archaeological Dialogues*, 14(1), 20-23. <https://doi.org/10.1017/S1380203807002140>
- Knappett, C. (2014). Materiality in Archaeological Theory. In C. Smith (Ed.), *Encyclopedia of Global Archaeology* (pp. 4700-4708). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_292
- Latour, B. (2002). Ethnography of a “high-tech” case: about Aramis. In P. Lemonnier (Org.), *Technological Choices: Transformation in Material Cultures since the Neolithic* (pp. 372-398). Routledge.
- Latour, B. (2012a). *Biografia de uma investigação – a propósito de um livro sobre modos de existência*. Editora 34 Ltda.
- Latour, B. (2012b). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. EDUFBA-EDUSC.
- Lima, T. A. (1993). Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista*, (1), 225-262. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141993000100015>
- Lima, S. O. (2016). *Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)*. EDUFPI.
- Matthewman, S. (2011). The Sociotechnical Construction of Society: Actor-Network Theory. In R. Stones (Ed.), *Technology and Social Theory* (Themes in Social Theory Series, pp. 104-124). Palgrave Macmillan.
- Melquíades, V. (2013/2014). Em território desconhecido: sobre o abandono de seres e coletivos. *Revista de Arqueologia*, 26/27(2/1), 216-235. <https://doi.org/10.24885/sab.v26i2.391>
- Melquíades, V. (2018). *Pedras artesãs: materialidade, tecnologias e mobilidades das panelas de pedra-sabão em Minas Gerais* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.71.2018.tde-26092018-171443>
- Mott, L. (2010). *Piauí colonial: população, economia e sociedade* (2. ed.). APL; FUNDAC; DETRAN.
- Neves, E., & Bahiano. (1916). *O meu boi morreu* [Vídeo]. YouTube. https://youtu.be/obOIQa4Mj98?si=AS8FMmj_HVlajCS
- Nunes, O. (1974). *Os primeiros currais*. COMEPI.
- Oliveira, A. J. C. (2018). *A comida está servida! Um estudo das práticas alimentares na fazenda Prazeres, Bertolínia-PI* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Piauí]. <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/1753?show=full>

- Olsen, B. J., & Witmore, C. (2021). When Defense Is Not Enough: On Things, Archaeological Theory, and the Politics of Misrepresentation. *Forum Kritische Archäologie*, (10), 67-88. <http://dx.doi.org/10.17169/refubium-31320>
- Pinto, L. M. S. (1832). *Diccionario da lingua brasileira*. Typographia de Silva.
- Queiroz, L. A. P. de. (2015). *Água fria é no pote do Cariri cearense* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Sergipe]. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/3235>
- Ribeiro, M. A., Assis, N. P. D., Negreiros, R. M. B., Kesterling, C., & Oliveira, A. S. N. (2014). Retalhos históricos e detalhes arquitetônicos da fazenda Água Verde - PI. *Cadernos do Lepaarq*, 11(21), 247-272. <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v11i21.2869>
- Santos, P. A. (2013). A espacialidade e as ecologias da vida em Tim Ingold. *Kula Antropólogos del Atlántico Sur*, (9), 59-71. <https://plarci.org/index.php/kula/issue/view/143/81>
- Silva, A. S. N. F., Souza, H. D. L., & Batista, K. G. (2020). Arqueologia histórica e sertaneja no Seridó Potiguar: O Sítio Culumins, Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil. *Clio Arqueológica*, 35(3), 234-285. <https://doi.org/10.20891/clio.V35N3p234-285>
- Silva, A. de M. (1789). *Diccionario da língua portugueza*. Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- Silva, O. P. (2007). *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí: Estabelecimentos rurais* (Vol. 1). Editora do Autor.
- Souza, R. A. (2015). Globalização, consumo e diacronia: populações sertanejas sob ótica arqueológica. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 9(2), 36-62. <https://doi.org/10.31239/vtg.v9i2.10572>
- Souza, R. A. (2017). *Um lugar na caatinga: consumo, mobilidade e paisagem no semiárido do Nordeste brasileiro* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Symanski, L. C. P. (2008). Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 21(2), 73-96. <https://doi.org/10.24885/sab.v21i2.252>
- The Potteries. (s.d.). *Marks Register*. <https://www.thepotteries.org/mark/reg.htm>
- Tilley, C. (2007). Materiality in materials. *Archaeological Dialogues*, 14(1), 16-20. <https://doi.org/10.1017/S1380203807002139>
- Webmoor, T., & Witmore, C. L. (2016). Coisas são nós! Um comentário sobre as relações humano/coisas sob a bandeira da Arqueologia Social. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 10(2), 158-178. <https://doi.org/10.31239/vtg.v10i2.10561>
- Zanettini, P. E. (1996). Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. *Revista Canudos*, 1(1), 167-172. <https://www.revistas.uneb.br/canudos/article/view/13655>
- Zanettini, P. E. (2003). Arqueologia na caatinga: arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos? *Comciência*, (47). <https://comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/arqueologia/arq19.shtml>

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AValiação POR PARES

Aviação duplo-cega, fechada.



